

São Paulo, 31 de março de 2026.

Ao  
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 31/12/2025

Em atendimento á Circular 3.964 de 25 de novembro de 2019, encaminhamos as  
Demonstrações Financeiras data base 31 de dezembro de 2025, conforme segue abaixo:

- Termos de responsabilidade da administração sobre as demonstrações
- Relatório da Auditoria Independente
- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

Sem mais, subscrevemo-nos.

---

Sandro Cristiano Borges  
CPF 128.132.808-10

---

Sérgio Abellan  
CRC 166900/O-5

São Paulo, 31 de março de 2026.

Termo declaratório  
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

Declaramos ser de nossa inteira responsabilidade a apresentação das Demonstrações financeiras da Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. CNPJ 07.799.277/0001-75, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

---

Sandro Cristiano Borges  
CPF 128.132.808-10

---

Sérgio Abellan  
CPF 791.053.608-97  
CRC 1SP166900/0-5

VALOR S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2025

VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras  
No exercício findo em  
31 de dezembro de 2025  
Em Reais

## Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

São Paulo, 31 de março de 2026.

## Relatório da Administração

A Valor S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V. Sas. as respectivas Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo do exercício de 2025, a companhia auferiu um resultado de R\$ 7.941 se mantendo muito satisfatório.

Para o próximo semestre, a companhia deve manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

São Paulo, 31 de março de 2026

A ADMINISTRAÇÃO

Ribeirão Preto, 01 de abril de 2026.

RA 191-26

À

**Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

São Paulo - SP

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras **Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

**BLB Auditores Independentes**

Escritório de Ribeirão Preto - SP



**Rodrigo Garcia Giroldo**

Sócio Diretor

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo – SP

## Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da **Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Valor S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Apresentação dos valores comparativos

---

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 01 de abril de 2026.

# VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota Explicativa	31/12/2025		Nota Explicativa	31/12/2025
<b>Circulante</b>		<b>49.938</b>	<b>Circulante</b>		<b>16.726</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	4	2.724	Depositos	8	1.026
Disponibilidades		1.744	Depositos a prazo		1.026
Aplicações financeiras de liquidez imediata		980	<b>Outras obrigações</b>	<b>9</b>	<b>15.700</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>44.090</b>	Sociais e estatutárias		7.860
Instrumentos Financeiros		44.090	Fiscais e previdenciárias		4.565
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.404	Diversas		3.275
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>42.686</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>3.872</b>
Empréstimos Concedidos		54.901	Depositos	8	3.872
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(12.215)	Depositos a prazo		3.872
<b>Outros créditos</b>	<b>7</b>	<b>3.124</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>40.502</b>
Diversos		3.124	Capital Social		19.000
<b>Não Circulante</b>		<b>11.162</b>	Aumento de capital		19.000
Instrumentos Financeiros	6	11.000	Reserva legal		2.502
Operações de Crédito		11.000			
Empréstimos Concedidos		11.000			
<b>Imobilizado</b>		<b>162</b>			
		<b>61.100</b>			<b>61.100</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

# VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

## Demonstrações de resultados

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Segundo semestre 2025	Exercício 2025
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>13</b>	<b>17.266</b>	<b>31.622</b>
Operações de crédito		16.995	31.033
Resultado de títulos e valores mobiliários		271	589
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(316)</b>	<b>(363)</b>
Despesa de captação		(316)	(363)
<b>Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito</b>		<b>(4.564)</b>	<b>(8.527)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.564)	(8.527)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>12.386</b>	<b>22.732</b>
<b>Outras receitas (Despesas) operacionais</b>		<b>(5.674)</b>	<b>(10.184)</b>
Despesas de pessoal		(1.303)	(2.670)
Outras despesas administrativas	<b>14</b>	(4.348)	(7.509)
Despesas tributárias		(24)	(51)
Outras receitas operacionais		855	1.682
Outras receitas não operacionais		-	47
Outras despesas operacionais		(854)	(1.683)
<b>Resultado operacional</b>		<b>6.712</b>	<b>12.548</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>6.712</b>	<b>12.548</b>
Imposto de Renda	<b>11</b>	(1.829)	(3.518)
Contribuição Social	<b>11</b>	(1.126)	(2.165)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<b>11</b>	277	1.076
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>4.034</b>	<b>7.941</b>
<b>Número de quotas</b>		<b>38.000.000</b>	<b>38.000.000</b>
<b>Lucro líquido do período por quota</b>		<b>0,11</b>	<b>0,21</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

# VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações dos Resultados Abrangentes  
Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

---

	Segundo semestre 2025	Exercício 2025
Lucro Líquido:	4.034	7.941
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período:	<u>4.034</u>	<u>7.941</u>

---

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

---

## VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	Capital	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros		
<b>Saldos em 1º de julho de 2025</b>	<b>19.000</b>	<b>19.000</b>	<b>2.105</b>	<b>618</b>	<b>2.907</b>	<b>43.630</b>
Outros eventos:						
Capital Social	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.034	4.034
Destinações:						
Dividendos	-	-	-	(618)	(5.460)	(6.078)
Juros sobre capital proprio provisionados	-	-	-	-	(1.807)	(1.807)
Ganho Tributário de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	723	723
Reserva legal	-	-	397	-	(397)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>19.000</b>	<b>19.000</b>	<b>2.502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.502</b>
<b>Mutações no período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>397</b>	<b>(618)</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(3.128)</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>19.000</b>	<b>19.000</b>	<b>2.105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.105</b>
Outros eventos:						
Capital Social	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	7.941	7.941
Destinações:						
Dividendos	-	-	-	-	(6.078)	(6.078)
Juros sobre capital proprio provisionados	-	-	-	-	(2.084)	(2.084)
Ganho Tributário de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	618	618
Reserva legal	-	-	397	-	(397)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>19.000</b>	<b>19.000</b>	<b>2.502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.502</b>
<b>Mutações no período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>397</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

# VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

## Demonstrações dos fluxos de caixa Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Segundo Semestre 2025	Exercício 2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>8.614</b>	<b>16.438</b>
Lucro líquido	4.034	7.941
Ajustes:		
Depreciação	16	(30)
Ajustes de avaliação patrimonial	4.564	8.527
<b>(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais</b>	<b>(12.878)</b>	<b>(22.486)</b>
Títulos e valores mobiliários	2.871	4.482
Operações de crédito	(14.614)	(25.897)
Outros créditos	(1.135)	(1.071)
<b>Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais</b>	<b>4.157</b>	<b>4.089</b>
Outras obrigações	4.157	4.089
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(107)</b>	<b>(1.959)</b>
Aquisição de ativo imobilizado	(120)	(134)
Participações no lucro	-	-
Baixas investimentos	-	111
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(120)</b>	<b>(23)</b>
Dividendos distribuídos	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	(1.482)	(1.482)
Aumento de capital	-	-
Emissão de instrumentos de captação	2.875	4.898
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.393</b>	<b>3.416</b>
<b>Aumento em equivalentes de caixa</b>	<b>1.166</b>	<b>1.434</b>
Equivalentes de caixa		
No início do período	-	1.290
No final do período	1.166	2.724
<b>Aumento em equivalentes de caixa</b>	<b>1.166</b>	<b>1.434</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

### 1 Contexto operacional

A VALOR S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO nova denominação da Valor Sociedade de Crédito Direto S/A (“Valor Financiamentos”), CNPJ nº 07.799.277/0001-75, iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Rua Augusta 101 conj. 1.520, Consolação, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A Valor Financiamentos tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, aprovada em 01 de abril de 2026, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

#### b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional da Valor Financiamentos.

#### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### d. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Resolução CMN nº 4.966/21

##### Instrumentos Financeiros:

A Administração avaliou os impactos da aplicação da referida norma e concluiu que não há efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A norma estabelece critérios para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para

constituição de perdas de crédito esperadas associadas ao risco de crédito e para designação e reconhecimento da contabilidade de hedge.

A Resolução CMN nº 4.966/21 considera os seguintes pilares:

1. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar sua classificação:

- Modelo de negócios: determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.
- Características do fluxo de caixa contratual: são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados como: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na originação. A Companhia não possui instrumentos financeiros em atraso que tenham componentes de juros associados.

2. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: requer o uso da perda esperada associada ao risco de crédito com informações prospectivas e a segregação dos instrumentos financeiros em três estágios. Uma operação migrará de estágio à medida que o risco de crédito se deteriorar ou melhorar. A provisão em cada estágio corresponde a:

- Estágio 1 – perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses.
- Estágio 2 – perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem.
- Estágio 3 – perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro para ativos com problemas de recuperação de crédito (Ativos problemáticos). Nesse estágio não há reconhecimento de juros.

## II - Aplicáveis para Exercícios Futuros

▪ **Adoção pela resolução CMN 5.185/24:**

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/24 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade (“CBPS”) quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028. A Administração está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

▪ **Lei Complementar nº 214/2025 e nº 227/2026:**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços

("IBS"), a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto Seletivo ("IS"), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS ("CGIBS") estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

### 3 Principais políticas contábeis

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

A **Valor Financiamentos** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a **Valor Financiamentos** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **Valor Financiamentos** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **Valor Financiamentos** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela **Valor Financiamentos** em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **Valor Financiamentos** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A **Valor Financiamentos** classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

##### (ii) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **Valor Financiamentos** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**(iii) Contas a receber de empréstimos e financiamentos**

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**(iv) Provisão para Perdas e Classificação de Risco de Crédito**

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base no modelo de perdas esperadas, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23. Esse modelo considera dados históricos, condições atuais e projeções futuras para estimar, de forma antecipada, as perdas potenciais desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

A Administração realiza avaliações periódicas da qualidade da carteira de crédito, considerando fatores como capacidade financeira da contraparte, histórico de pagamento, renegociações e condições macroeconômicas.

As operações de crédito são classificadas em três categorias, conforme o grau de risco identificado:

- **Não problemáticas:** operações sem evidência de dificuldade de recuperação ou com atraso inferior a 90 dias.
- **Problemáticas adimplidas:** operações com sinais de comprometimento da capacidade de pagamento ou em processo de cura, como dívidas renegociadas.
- **Problemáticas inadimplidas:** operações com atraso superior a 90 dias no pagamento de principal e encargos, consideradas de alto risco de inadimplência.

Adicionalmente, as operações são segmentadas em níveis de risco de crédito, de **C1 (menor risco)** a **C6 (perda efetiva)**, conforme critérios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os níveis mais elevados, como C5 e C6, exigem provisões mais robustas, refletindo o maior grau de risco associado.

A provisão registrada é considerada adequada para cobrir as perdas prováveis da carteira, em conformidade com os normativos vigentes e com as práticas prudenciais adotadas pela instituição.

**(v) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **Valor Financiamentos** na gestão das obrigações de curto prazo.

**(vi) Passivos financeiros não derivativos**

A **Valor Financiamentos** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a **Valor Financiamentos** se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **Valor Financiamentos** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

**(vii) Capital social**

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00, e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

**b. Imobilizado****b.1 Reconhecimento e Mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**b.2 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de Processamento de dados	5 anos

**c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Valor Financiamentos em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Para as operações com créditos adquiridos a Valor Financiamentos identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

**e. Resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

**f. Ativos e passivos contingentes**

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

**g. Imposto de renda e contribuição social**

A **Valor Financiamentos** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 15% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2025</u>
Conta corrente	1.744
Aplicações com liquidez imediata	980
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>2.724</u></b>

**5 Títulos e Valores mobiliários**

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$ 1.404.

**6 Operações de Crédito**

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 65.901.

Na data-base houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no montante de R\$ 12.215.

Em conformidade com o artigo 105 da Resolução BCB nº 352/2023, apresenta-se a seguir a classificação de risco atribuída às operações de crédito no exercício atual, bem como os respectivos níveis de provisão para perdas esperadas, conforme os critérios estabelecidos pela nova regulamentação:

## CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

Níveis	31/12/2025	
	Empréstimos	(-) Provisão
Não Problemáticos	51.394	(1.122)
Problemáticos Adimplidos	778	(416)
Problemáticos Inadimplidos	13.729	(10.677)
<b>Total</b>	<b>65.901</b>	<b>(12.215)</b>

Atualmente, a Companhia está enquadrada no nível de provisão de carteira C5, correspondente a operações de crédito voltadas ao consumo e à antecipação de recebíveis. Essa classificação abrange modalidades como crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor (CDC) e crédito rotativo, sem garantias reais ou colaterais.

## 7 Outros Créditos

### 7.1 Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	31/12/2025
Antecipações de Imposto de Renda do próprio exercício	1.112
Antecipações de Contribuição Social do próprio exercício	510
IRRF retidos	57
Impostos recolhidos a maior	37
	<b>1.716</b>

### 7.2 Diversos

	31/12/2025
Créditos Tributários (nota 11)	1.253
Devedores p/deposito em garantia	32
Devedores diversos	111
	<b>1.396</b>

### 7.3 Despesas antecipadas

	31/12/2025
Despesas Antecipadas	12
	<b>12</b>
	<b>3.124</b>

## 8 Depósitos a prazo

	<u>31/12/2025</u>
Depósitos a prazo	4.898
<b>Total</b>	<b><u>4.898</u></b>
Circulante	1.026
Não Circulante	3.872
<b>Total</b>	<b><u>4.898</u></b>

A Companhia iniciou, no 1º semestre de 2025, a captação de recursos por meio da emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDB), classificados como depósitos a prazo. Esses instrumentos são registrados no passivo circulante e não circulante, conforme os prazos contratuais, e mensurados ao custo amortizado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21. A remuneração dos depósitos varia entre 108% e 118% da taxa DI, com vencimentos entre 1 (um) e 2 (dois) anos, conforme os termos acordados com os investidores. Os encargos financeiros são apropriados pelo regime de competência e reconhecidos como despesa financeira.

## 9 Outras Obrigações

### 9.1 Sociais e Estatutárias

	<u>31/12/2025</u>
Dividendos	6.078
Juros de Capital Próprio	1.782
	<b><u>7.860</u></b>

### 9.2 Fiscais e Previdenciárias

	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda sobre o lucro	2.650
Contribuição social sobre o lucro	1.644
Imposto sobre operações financeiras (a)	21
Impostos e contribuições de terceiros	15
Impostos e contribuições sobre salários	42
PIS, a COFINS e ISS próprio	193
	<b><u>4.565</u></b>

(a) Refere-se ao imposto sobre operações financeiras – IOF retidos dos clientes tomadores de empréstimos

### 9.3 Diversas

	<u>31/12/2025</u>
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas com pessoal	175
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas correntes	272
Provisão para contingências (Nota 12)	157
Credores diversos – País (a)	2.671
	<u>3.275</u>

- a) As operações registradas na rubrica “Credores Diversos” são representativas, em sua grande parte, de recebimento operações de crédito relacionadas a convênios que serão baixados em janeiro.

## 10 Patrimônio líquido

### a- Capital social

O capital social é composto por 38.000 (trinta e oito milhões) de quotas (em 2024 – 38.000), ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço, dando continuidade ao planejamento estratégico da Valor Financiamentos.

Foi solicitado um aumento de capital social no valor de 19.000 (dezenove milhões) junto ao Banco Central do Brasil no dia 31 de dezembro de 2024, tendo como forma de aumento dividendos a distribuir, juros sobre capital próprio e lucros referente a períodos anteriores. Até a presente data, o processo encontra-se em andamento.

### b- Reserva de lucros

#### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram constituídos saldo para reserva legal no valor de R\$ 397.

## 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A **Valor Financiamentos** não possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza

Por outro lado, a **Valor Financiamentos** possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totaliza R\$ 1.253.

O reconhecimento integral deste ativo decorre da avaliação pela Administração de sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à dedução das referidas perdas, se ocorrerem, ou da reversão da provisão em caso de recuperação dos créditos.

## b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	31/12/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.548	12.548
Adições	8.684	8.684
Exclusões	(10.274)	(10.274)
Base tributária	10.958	10.958
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (15%)	(1.644)	(2.165)
Alíquota IRPJ (10%)	(1.072)	-
Incentivos fiscais	66	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.650)	(1.644)
Efeitos de JCP s/ imposto	(868)	(521)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.518)</b>	<b>(2.165)</b>

## 12 Provisão para contingências

No exercício de 2025, a Administração reconheceu provisões para contingências relacionadas a processos judiciais classificados como de perda provável, com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos. O reconhecimento seguiu os critérios estabelecidos pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser registrada quando: (i) a entidade possui uma obrigação presente decorrente de um evento passado; (ii) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável e possível, nos montantes de R\$ 1.146. Sendo R\$ 157 prováveis e R\$ 988 possíveis.

## 13 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **Valor Financiamentos**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	Segundo semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Operações de Crédito	16.995	31.033
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	271	589
	<u>17.266</u>	<u>31.622</u>

## 14 Outras Despesas administrativas

	Segundo semestre 2025	31/12/2025
Aluguéis	(331)	(605)
Processamento de dados	(1.030)	(1.790)
Serviços técnicos especializados	(505)	(871)
Comunicações	(136)	(224)
Serviços do sistema financeiro	(492)	(785)
Material	(8)	(15)
Serviços de terceiros	(1.642)	(2.622)
Propaganda e Publicidade	(72)	(327)
Outras despesas administrativas	(31)	(54)
Energia	(9)	(21)
Seguros	(15)	(16)
Promoções e relações públicas	(77)	(147)
Viagem no País	(-)	(32)
	<u>(4.348)</u>	<u>(7.509)</u>

## 15 Outras informações

- a. **Provisões para pagamentos a efetuar:** O saldo refere-se a provisões para pagamento de fornecedores referentes a despesas administrativas contratadas, com vencimento no primeiro semestre de 2026.
- b. **Despesas com pessoal e honorários:** Compostas por despesas com honorários da Diretoria e respectivos encargos sociais.
- c. **Refis** - Em 31 de dezembro de 2025 a **Valor Financiamentos** não efetuou operações com refinanciamento de tributários.
- d. **Instrumentos financeiros derivativos** - Em 31 de dezembro de 2025 a **Valor Financiamentos** não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 16 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **Valor Financiamentos** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos

processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **Valor Financiamentos** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **Valor Financiamentos** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

**a. Risco de Mercado**

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **Valor Financiamentos** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

**b. Risco de Crédito e Contraparte**

A **Valor Financiamentos**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **Valor Financiamentos** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **Valor Financiamentos** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, todas as sextas-feiras e, inclui a participação dos Diretores de Risco, Compliance, Gestão e mais dois sócios e analistas.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os

bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo “Score **Valor Financiamentos**”, que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento.

Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e ratios/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito **Valor Financiamentos** para consulta e monitoramento. Em relação ao Risco de Contraparte, a **Valor Financiamentos** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

### c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **Valor Financiamentos**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **Valor Financiamentos** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

### d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- . Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **Valor Financiamentos** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de autorregulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **Valor Financiamentos** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

#### **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**

**(i) Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

**(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

**(iii) Aplicações financeiras**

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

**a. Risco de taxa de juros e inflação**

Decorre da possibilidade de a **Valor Financiamentos** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **Valor Financiamentos** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

**b. Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a **Valor Financiamentos** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras e operações de crédito a receber de clientes conforme demonstrado no balanço patrimonial.

**c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Valor Financiamentos poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **Valor Financiamentos** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

**d. Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **Valor Financiamentos** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **Valor Financiamentos** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

**31 de dezembro de 2025**

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	1.404	-	-	1.404

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, que são uma aproximação razoável do seu valor justo, e seus níveis na hierarquia de valor justo.

*31 de dezembro de 2025*

<b>Ativos/(passivos) financeiros ao custo amortizado</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Operações de Crédito	-	65.901	-	65.901
Outros Créditos	-	3.124	-	3.124
<b>Total ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>-</b>	<b>69.025</b>	<b>-</b>	<b>69.025</b>
Outras Obrigações	-	15.700	-	15.700
<b>Total passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>-</b>	<b>15.700</b>	<b>-</b>	<b>15.700</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

## 17 Evento Subsequente

A Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações financeiras.